



24 de Janeiro de 2010

CARGO Nº 07

ADVOGADO JÚNIOR

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40 e discursiva.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 4 horas e 30 minutos

Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.



EM BRANCO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Em se tratando de princípios da Administração Pública, a finalidade como elemento essencial à validade dos atos administrativos, sendo, mais condizente com tal instrumento o seguinte princípio:

- A) Legalidade.
- B) Moralidade.
- C) Publicidade.
- D) Eficiência.
- E) Impessoalidade.**

2. Analise as questões abaixo acerca da Lei 8.666/93 (Lei de licitações):

- I. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- II. Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é vedada a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.
- III. Será dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- IV. Considera-se obra toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;
- V. Admite-se incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

Assinale a alternativa que apresenta as assertivas **CORRETAS**:

- A) I e III.**
- B) II e III.
- C) I, II e V.
- D) III e V.
- E) I e VI.

3. No que se refere às licitações, é vedado aos agentes públicos, **EXCETO**:

- A) Prever, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam o caráter competitivo da licitação.
- B) Tolerar condições que estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.
- C) Tolerar, nos atos de convocação, condições que coloquem num patamar de igualdade empresas brasileira e estrangeiras.**
- D) Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras.
- E) Incluir cláusulas que restrinjam ou frustrem a natureza e o caráter competitivo das licitações.

4. A responsabilidade extracontratual do Estado é baseada na teoria:

- A) Da previsão.
- B) Do risco.**
- C) Do dolo.
- D) Do dano.
- E) Da culpa.

5. De acordo com o texto da Lei 8.112 de 1990, apresenta-se como modalidade de penalidade disciplinar:

- A) Repreensão escrita.
- B) Exoneração.
- C) Destituição do cargo estável.
- D) Multa pecuniária.**
- E) Destituição de função comissionada.

6. De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações públicas federais, a demissão, por ser uma penalidade disciplinar, será aplicada no(s) seguinte(s) caso(s):

- A) Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.**
- B) Ofensa física, em serviço, a qualquer servidor ou particular.
- C) Inassiduidade eventual.
- D) Acúmulo legal de cargos, empregos ou funções públicas.
- E) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços públicos.



7. Em conformidade com a Lei 9.784/99 (Processo administrativo), sobre intimação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia a direito pelo administrado.
- B) No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de carta precatória.
- C) Deverá conter obrigatoriamente a identificação do intimado e, facultativamente, o nome do órgão ou entidade administrativa.
- D) Deverá ser realizada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.
- E) A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

8. De acordo com a resolução da ANEEL, nº233, de 14 de julho de 1998, analise as assertivas e assinale a **CORRETA**:

Os processos administrativos observarão o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e, dentre outros, os seguintes critérios:

- I. Atuação conforme a lei, a jurisprudência administrativa em vigor, a doutrina e os costumes.
- II. Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- III. Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- IV. divulgação oficial dos atos administrativos, sem ressalvas.
- V. Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
- VI. Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III, V e VI.
- C) III, IV, V e VI.
- D) I, III, V e VI.
- E) II, IV, V e VI.

9. Em conformidade com o direito regulatório da ANEEL, constante da resolução nº 233, de 14 de julho de 1998, são legitimados como interessados nos processos administrativos **EXCETO**:

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que visam os direitos e os interesses difusos.
- B) Pessoas físicas ou jurídicas que iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício dos direitos de petição e representação.
- C) Aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- D) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos de seus interessados.
- E) As pessoas ou as associações legalmente constituídas, quanto a direitos ou interesses difusos.

10. As audiências públicas, realizadas para os processos decisórios que impliquem efetiva afetação de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico e dos consumidores, decorrente de ato administrativo ou de anteprojeto de lei proposto pela ANEEL, terão seu processo instaurado pelo Diretor- Geral e destinam-se a recolher subsídios e informações diretamente junto aos interessados. Tais audiências públicas poderão ser conduzidas em sessões ao vivo, com entrada aberta aos interessados, ou em processos de intercâmbio documental, de forma a melhor satisfazer os objetivos de:

- A) Recolher subsídios e informações para o processo decisório da ANATEL.
- B) Propiciar aos administradores a possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões.
- C) As audiências somente serão públicas quando as partes estipularem.
- D) Dar publicidade à ação de distribuição da ANEEL.
- E) Identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública.



11. São definições usuais da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) **EXCETO**:

- A) Carga instalada é a soma das potências nominais dos equipamentos elétricos instalados na unidade consumidora, em condições de entrar em funcionamento, expressa em quilowatts (kW).
- B) Concessionária ou permissionária é o agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de energia elétrica, referenciado, doravante, apenas pelo termo concessionária.
- C) Contrato de adesão é o instrumento contratual em que a concessionária e o consumidor responsável por unidade consumidora do Grupo “A” ajustam as características técnicas e as condições comerciais do fornecimento de energia elétrica.
- D) Consumidor é a pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar à concessionária o fornecimento de energia elétrica e assumir a responsabilidade pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas e regulamentos da ANEEL, assim vinculando-se aos contratos de fornecimento, de uso e de conexão ou de adesão, conforme cada caso.
- E) Contrato de uso e de conexão é o instrumento contratual em que o consumidor livre ajusta com a concessionária as características técnicas e as condições de utilização do sistema elétrico local, conforme regulamentação específica.

12. Analise as assertivas e assinale a **CORRETA**:

- I. A ANEEL é autarquia sob regime especial.
- II. A ANEEL está vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.
- III. A ANEEL tem prazo de duração determinado.
- IV. A ANEEL tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
- V. Os cargos em comissão da autarquia serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional da autarquia.

- A) I, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) II, IV e V.
- E) I, II e IV.

13. São competências da ANEEL, **EXCETO**:

- A) Implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos.
- B) Atuar como instância relatora das decisões judiciais das agências reguladoras estaduais e solucionar as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.
- C) Promover a licitação de novas concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- D) Fazer a gestão dos contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica e fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e a prestação dos serviços de energia elétrica.
- E) Fixar os critérios para cálculo das Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e Distribuição - TUST e TUSD, e arbitrar seus valores nos casos de negociação frustrada entre os agentes envolvidos.

14. Sobre imunidade tributária, assinale a **INCORRETA**:

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem cobrar impostos das instituições de assistência social sem fins lucrativos.
- B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- C) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão cobrar imposto das instituições de educação sem fins lucrativos.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre os templos de qualquer culto.
- E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir imposto sobre livros, jornais, e o papel destinado a sua impressão.



15. De acordo com o CTN, no que se refere à falta de eleição do domicílio tributário, pelo contribuinte ou responsável, é **INCORRETO**:

- A) Quanto às pessoas naturais, o domicílio é a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- B) Quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o domicílio é o lugar de sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- C) Pode-se, em algumas situações, considerar-se como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à obrigação.
- D) A autoridade administrativa pode recusar o domicílio tributário eleito, por razões de conveniência e de eficiência, ainda que o domicílio indicado não impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.
- E) Quanto às pessoas jurídicas de direito público, o domicílio tributário é qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

16. Nos termos da Constituição Federal de 1988, está autorizada a União, acobrar impostos, e contribuições sociais, exceto a contribuição:

- A) Sobre o faturamento das empresas.
- B) Sobre receita de concursos de prognósticos.
- C) De renda e proventos de qualquer natureza.
- D) Destinada à iluminação pública.
- E) Sobre lucro das empresas.

17. Via de regra, os tributos são criados por lei ordinária. Todavia, há tributos que podem ser criados por Lei Complementar. São eles:

- A) Empréstimo compulsório, Imposto sobre grandes fortunas, Imposto residual e Contribuições sociais.
- B) Empréstimo compulsório, Imposto de importação, Imposto de exportação e Imposto sobre propriedade territorial rural.
- C) Imposto sobre produtos industrializados, Imposto sobre operações de crédito, Imposto sobre grandes fortunas e Imposto residual.
- D) Imposto sobre produtos industrializados, Imposto extraordinário, Imposto residual e Contribuições sociais residuais.
- E) Empréstimo compulsório, Imposto sobre grandes fortunas, Imposto residual e Contribuições sociais residuais.

18. Com a Emenda Constitucional nº32, de 11 de setembro de 2001, que alterou o artigo 62 da Constituição Federal, dentre outros, passou a ser admitido, em caso de relevância e urgência, que o Presidente da República adote medidas provisórias com força de lei ordinária, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, onde serão convertidas em lei até o final do exercício financeiro em que foram publicados. Contudo, há medidas provisórias que instituem ou majoram impostos e não precisam ser convertidas em lei para ter validade, bastando apenas à medida provisória. Que impostos são esses?

- A) Imposto de importação, Imposto de exportação, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), Imposto sobre propriedade predial e territorial de propriedade urbana (IPTU) e Imposto sobre grandes fortunas.
- B) Imposto de importação, Imposto de exportação, Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto sobre operações de crédito (IOF) e Imposto Extraordinário.
- C) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), Imposto sobre propriedade predial e territorial de propriedade urbana (IPTU), Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), Imposto extraordinário e Imposto residual.
- D) Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), Imposto sobre propriedade predial e territorial de propriedade urbana (IPTU), Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviço (ICMS), Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e Imposto sobre operações de crédito (IOF).
- E) Imposto de importação, Imposto de exportação, Imposto sobre produtos industrializados (IPI), Imposto sobre operações de crédito (IOF) e Imposto residual.

19. De acordo com o modelo constitucional brasileiro, as taxas:

- A) Terão caráter pessoal e serão graduadas de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.
- B) Terão alíquotas máximas estabelecidas por resolução.
- C) Serão seletivas e não cumulativas.
- D) Não poderão ter base de cálculo própria de imposto.
- E) Serão informadas pelos critérios de generalidade, universalidade e progressividade.



20. A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), dispõe, quanto ao fato gerador, que:

- A) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- B) O fato gerador da obrigação principal é situação definida na Constituição como indicativa da possibilidade de imposição de obrigação de pagar, por parte de ente público que detenha competência para fazê-lo.
- C) A autoridade administrativa poderá considerar como ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
- D) O fato gerador da obrigação acessória é situação definida em lei complementar, que impõe prática ou abstenção de ato, ainda que originariamente este se configure como obrigação principal.
- E) A autoridade administrativa deverá considerar como ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos da legislação de regência.

21. Sobre a obrigação tributária principal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Extingue-se, com o pedido de parcelamento acompanhado do recolhimento da primeira prestação.
- B) Decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- C) Surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.
- D) Pelo simples fato de seu não adimplemento suscita imediata inscrição em dívida ativa, independentemente de abertura de prazo para impugnação do lançamento, por parte do interessado.
- E) Suspende-se, com o devido lançamento, nas três modalidades previstas pelo Código Tributário Nacional.

22. Conforme disciplina a nossa Carta Magna, a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- A) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- B) Mediante lei ordinária ou medida provisória, no caso de guerra externa ou sua iminência.
- C) No caso de relevante interesse público, de caráter urgente e de relevante interesse nacional, ainda que no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a regra que os criou.
- D) Nas duas hipóteses acima elencadas, conquanto que se destine à aplicação dos recursos e à despesa que fundamentou a instituição do empréstimo compulsório.
- E) Em face de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

23. Analise as questões abaixo, sobre matéria tributária, e assinale a **CORRETA**:

- I. Compete à União instituir: Imposto de importação, Imposto de exportação, Imposto de renda e Imposto sobre propriedade territorial rural.
- II. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: Imposto residual, Imposto extraordinário, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e Imposto de renda.
- III. Compete aos Municípios instituir: Imposto sobre transmissão de bens imóveis a título oneroso (ITBI) e Imposto sobre propriedade predial e territorial de propriedade urbana (IPTU).
- IV. Compete à União instituir: Imposto de renda, imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e Imposto sobre a propriedade predial e territorial de propriedade (IPTU).
- V. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir: Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS).
- VI. Compete aos Municípios instituir: Imposto de renda, Imposto sobre serviços de qualquer natureza e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

- A) I, III e VI.
- B) I, II e V.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, II, III.



24. Nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, quando se referem às taxas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A taxa não pode ter base de cálculo e fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- B) Os serviços específicos e divisíveis são utilizados pelo contribuinte de modo efetivo e potencial.
- C) Os serviços públicos serão específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de unidade, ou de necessidades públicas; e divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- D) Somente a União poderá instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- E) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

25. A competência tributária é o poder ou a aptidão de criar tributos. São características dessa competência:

- A) Delegabilidade, caducabilidade e alterabilidade.
- B) Indelegabilidade, bilateralidade e Incaducabilidade.
- C) Delegabilidade, Inalterabilidade e Publicidade.
- D) Indelegabilidade, Publicidade e Inalterabilidade.
- E) Indelegabilidade, Incaducabilidade e Inalterabilidade.

26. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente, incumbe ao Poder Público, **EXCETO**:

- A) Definir, somente a União, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- B) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação de material genético.
- D) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- E) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

27. Em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é garantido intervalo para descanso entre duas jornadas de trabalho. Esse intervalo normal é também denominado de intervalos interjornadas, e deve ser, no mínimo, de:

- A) 09 (nove) horas consecutivas.
- B) 10 (dez) horas consecutivas.
- C) 11 (onze) horas consecutivas.
- D) 08 (oito) horas consecutivas.
- E) 12 (doze) horas consecutivas.

28. De acordo com a legislação trabalhista, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados não serão equiparadas ao empregador.
- B) Todo contrato individual de trabalho é acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.
- C) Não poderá ultrapassar 06 (seis) horas diárias a duração do trabalho do aprendiz, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.
- D) O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
- E) Para efeitos da CLT, considera-se menor o trabalhador de 14 (quatorze) anos até 18 (dezoito) anos.



29. Acerca da capacidade, analise as assertivas e assinale a **CORRETA**:

- A) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer ou deixar de exercer responderá pelas obrigações contraídas.
- B) Podem exercer a atividade de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- C) Não poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, nem por seus pais ou pelo autor de herança.
- D) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, será nomeado alguém da família, sem a necessidade de autorização judicial.
- E) A prova da emancipação, da autorização do incapaz e a de eventual revogação desta, não serão inscritas ou averbadas no Registro Público de Empresas Mercantis.

30. De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- B) Para efeitos do Código de Defesa do Consumidor, entende-se por interesses ou direitos difusos os transindividuais de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- C) A responsabilidade das sociedades coligadas é objetiva.
- D) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- E) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, independentemente da verossimilhança da alegação ou de seu estado de hipossuficiência.

31. Em conformidade com o Código de Processo Civil, no que se refere ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.
- B) É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo.
- C) Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.
- D) A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- E) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de entrega de coisa, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedendo o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

32. Sobre os contratos no direito civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Será causa de vício redibitório a coisa recebida em virtude de contrato comutativo, porém tais vícios não podem tornar a coisa imprópria a que é destinada, ou lhe diminuir o valor.
- B) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- C) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- D) A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- E) É anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador.

33. Sobre responsabilidade civil, analise as assertivas abaixo e assinale a **CORRETA**:

- I. Os pais, pelos filhos que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, independente da idade.
- II. O tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.
- III. O empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.



- IV. Os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro ou gratuitamente, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- V. Os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

Também serão responsáveis pela reparação civil:

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) II, III e V
- D) II, IV e V.
- E) II, III e V.

34. Com relação à responsabilidade civil, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa fé ou pelos bons costumes.
- B) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- C) Haverá obrigação de reparar o dano, desde que seja comprovada a culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- D) Os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, ressalvados outros casos previstos em lei especial.
- E) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

35. Nos termos da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela sendo defeso constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- II. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens, porém não há necessidade de ressarcimento ao

erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- III. A lei estabelecerá os prazos de decadência para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- IV. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- V. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade

- A) I, III e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V
- E) I, II e V.

36. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, **EXCETO**:

- A) Propriedade privada.
- B) Função social da propriedade.
- C) Livre concorrência.
- D) Tratamento favorecido para as empresas de grande porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- E) Soberania nacional.

37. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado.
- B) Municípios não podem instituir sociedade de economia mista.
- C) As agências reguladoras foram criadas sob a forma de autarquias de regime especial.
- D) Os Ministérios são órgãos públicos e, portanto, destituídos de personalidade jurídica.
- E) Os processos que envolvam sociedades de economia mista federais são processados e julgados, em regra, na Justiça Estadual.



38. Acerca da Administração Pública, nos termos da Constituição Federal de 1988, assinale a opção **CORRETA**:

- A) Se o responsável pelas licitações de um tribunal tiver sido exonerado do cargo em 22/01/2004 por improbidade administrativa, nessa situação, se a ação de improbidade tiver sido proposta em 30/12/2004 pelo Ministério Público, contra atos lesivos ao patrimônio público, estará prescrita.
- B) A rejeição de representação de improbidade por autoridade administrativa impede o particular de requerê-la ao Ministério Público.
- C) Mediante concessões recíprocas em que haja recomposição do dano, será lícita a transação das partes na ação de improbidade administrativa.
- D) Ação de improbidade proposta contra ministro do STF será processada e julgada nesse tribunal.**
- E) Na ação de improbidade administrativa, o réu poderá apelar da decisão que receber a petição inicial.

39. De acordo com o Decreto-lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, assinale abaixo a questão **CORRETA**:

- A) Mediante declaração de utilidade pública, somente os bens estipulados em lei especial poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- B) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.**
- C) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo se tornará necessária sempre que o poder público estabelecer, mesmo quando de sua utilização não resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.
- D) É permitida a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.
- E) Os concessionários e os estabelecimentos de caráter privado ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover

desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

40. São casos de desapropriação por utilidade pública:

- I. A segurança nacional.
- II. O socorro público em caso de caso fortuito ou força maior.
- III. A salubridade pública.
- IV. A criação e melhoramento de centros de pesquisa, seu abastecimento regular de meios de subsistência.
- V. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.
- VI. A assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais.

- A) I, III, V e VI.**
- B) I, II, III e IV.
- C) II, V e VI.
- D) II, III, IV e V.
- E) I, III, IV e VI.



PROVA



PROVA



PROVA



PROVA



PROVA



PROVA